

ESTRATÉGIAS DE COESÃO: UM CASO LINGÜÍSTICO-ACADÊMICO-LITERÁRIO

Claudio Cezar Henriques

1. Introdução

A estruturação de textos tem como um de seus componentes fundamentais a escolha lexical. Um texto é (deveria ser?) um entrelaçamento de idéias que se representam por meio de palavras, locuções, sintagmas, expressões idiomáticas, grupos fraseológicos: elementos ditos explicitamente, insinuados, intertextualizados, subentendidos...

Uma idéia, que no espaço do texto ocupe uma posição anterior, é coerentemente acompanhada de outra(s) idéia(s) espacialmente posteriores. A “harmonia de sentido” entre elas se dá em decorrência de fatores muito variados, conforme o redator queira ou precise considerá-los (ou não), a partir de suas prerrogativas de autor. O conjunto de idéias textuais deve, pois, “caminhar” de forma a permitir que o leitor compreenda o “trajeto” e o reconheça para com ele estabelecer um vínculo de natureza semântica.

A coesão textual, num texto técnico, não é a mesma de um texto jornalístico, de um texto acadêmico ou de um texto literário. O caso que aqui abordaremos envolve o recurso das referências *endofórica* e *exofórica* em textos produzidos pela comunidade acadêmica especializada na área de literatura brasileira.

Relembremos que a referência endofórica (*endo-* = dentro) se estabelece com um elemento que está presente no mesmo texto. Por exemplo: “**Gilberto Freyre** entrou para um colégio americano, onde o idioma inglês se tornou a **sua** segunda língua..” O pronome possessivo “sua” faz referência a um sintagma nominal presente no próprio texto, “Gilberto Freyre”. As referências endofóricas podem ser *anafóricas* (como no exemplo acima, pois retomam o referente) ou *catafóricas* (como em “Todos os funcionários lhe solicitariam um aumento, mas o diretor foi taxativo e disse não”, onde o pronome “lhe” tem seu referente adiante).

Já o identificador da referência exofórica (*exo-* = fora) está entre o que chamamos “fatores extralingüísticos” (como o contexto situacional). Por exemplo, quando num discurso de formatura o paraninfo diz: “**Aqui** estudaram alguns de **seus** professores”. Nesta frase, as palavras “aqui” e “seus” têm referentes exofóricos, respectivamente, “o estabelecimento de ensino” e “os formandos” interlocutores.

Assim, o conjunto de dados inseridos num texto precisa ter, habitualmente, uma relação que exprima um raciocínio coerente, devendo ficar claros para o leitor as “alianças” que se estabelecem entre o “antes” e o “depois” textu-

ais. Da primeira frase à última sentença deve haver um encadeamento, uma coesão reveladora do desenvolvimento que se pretendeu dar às idéias.

A coesão é resultado de escolhas: conectivos, advérbios, pronomes, elipses... Entre suas características especiais vejamos a questão da seleção vocabular no que tange à utilização de sinônimos ou antônimos, de palavras de sentido mais abrangente (hiperônimos) ou menos abrangente (hipônimos).

Os dois primeiros parágrafos da matéria publicada, no dia 27 de julho de 2004, no Caderno 2 de *O Estado de S. Paulo* podem ilustrar um pouco o que se explicou acima (grifos nossos).

João, o dândi que era “do Rio” e amava São Paulo

No início do século passado, o **cronista e escritor João do Rio** era o santo do mau comportamento – longe de ser apenas um cronista mundano, superficial e afetado pela pose de dândi, **ele** trazia em **sua** obra um agudo retrato da sociedade **carioca** daquele período, quando a **cidade** se modernizava à força.

Mas, mesmo sendo “**do Rio**”, **ele** também circulou por outras paragens, não apenas cumprindo obrigações de negócios mas estabelecendo laços de amizade. Assim, esteve algumas vezes na **cidade de São Paulo** e, ao contrário da maioria dos **cariocas**, que torciam o nariz para **aquele município encravado no alto da Serra do Mar**, **João do Rio** impressionou-se com o ritmo frenético e a fisionomia européia do **paulistano**.

As passagens em negrito se organizam em dois eixos semânticos, um é o do escritor que serve de tema para a matéria; outro diz respeito às duas cidades mencionadas no título:

- **eixo 1, o escritor:** cronista e escritor João do Rio; ele; sua; João do Rio.

- **eixo 2, as cidades**, sendo:

2a, Rio de Janeiro: carioca, cidade, do Rio, cariocas;

2b, São Paulo: cidade de São Paulo, aquele município encravado no alto da Serra do Mar, paulistano

Se tomarmos apenas os vocábulos *cronista*, *escritor* e *João do Rio* e estabelecermos uma hierarquia que parta do mais específico para o mais geral, diremos que a série lógica começa com *João do Rio* (1), segue para *cronista* (2) e termina com *escritor* (3). Nessa seqüência coerente, o item (3) é o hiperônimo de (2) e de (1); enquanto o item (1) é o hipônimo de (2) e de (3). Se, porém, considerarmos unicamente a relação que o item (2) tem com cada um dos outros itens, concluiremos que ele, o item (2), é o hiperônimo do item (1), mas é também o hipônimo do item (3).

Reparemos agora a substituição anafórica “aquele município encravado no alto da Serra do Mar”, incluída no eixo 2. Por razões intratextuais, a informação cultural apresentada como “equivalente a São Paulo” dispensa o conhecimento de que “*a Serra do Mar se estende desde o estado do Espírito Santo*

até o sul de Santa Catarina". Ou seja, o hiperônimo perifrástico toma ares de maior subjetividade do que qualquer outra opção que o jornalista poderia ter feito (p. ex.: *o município fundado pelos jesuítas*), em especial por conter o demonstrativo "aquele" – que faz a localização textual (anafórica) sobrepujar a localização extratextual (exofórica).

No âmbito dos textos acadêmicos e jornalísticos de conteúdo literário, usam-se referências intratextuais de maior ou menor especificidade quando o "jogo" da hiperonímia e da hiponímia endofórica ou exofórica precisa substituir o nome de um escritor. O motivo é o elementar de sempre: evitar a repetição. Mas de que forma? Uma delas é o recurso a metáforas, apostos; outra – às vezes (mas nem sempre) também metafórica ou apositiva – é o emprego de epítetos.

2. O caso dos epítetos

O epíteto é um dos melhores substitutos para o nome, que é a voz com que as coisas – e as pessoas – se dão a conhecer. Esse substantivo vem do sânscrito *ñaman*, passou pelo grego *gnaman* e nos chegou por intermédio do latim *numen*. A raiz histórica *ña>gna* é étimo de *cognoscere*, conhecer, e tem parentesco com *noumenon* (nume) – influxo divino, experiência do sagrado, alguma coisa que parece carregada de energia viva. Para Kant, a razão pura; para Jung, uma espécie de herança do inconsciente coletivo.

Como se percebe, **nome** é o mesmo que conhecimento, nume – que já é "espírito sobrenatural". Ou seja, o nome não tem o papel de apenas identificar algo ou alguém, mas de dar à coisa ou pessoa identificada uma entidade moral, o seu apelativo próprio. Um único nome, entretanto, acaba se tornando pouco para dar conta das dimensões ontológicas do ser, e as sociedades se valem de estratégias comunicativas variadas para expressar ou compensar tais anseios.

Os estudos da linguagem têm se ocupado da descrição e interpretação dos fenômenos ligados aos empregos e às transformações dos nomes designativos de seres humanos. O assunto geralmente está presente no capítulo que trata das chamadas "figuras de linguagem", e faz parte desse contingente a situação específica que consiste na utilização de um substantivo comum em lugar de um substantivo próprio – tema que nos motivou ao estudo que trazemos à lume nesta oportunidade.

Epítetos, cognomes, apelidos, antonomásias, alcunhas são substantivos comuns tomados a partir de uma motivação metonímica ou metafórica – conhecida ou desconhecida – como substitutos de um antropônimo e, em decorrência disso, às vezes redigidos também como substantivos próprios. Na literatura brasileira, a forma de referência a alguns escritores tem registrado, ao longo do tempo, a utilização de um sem-número de epítetos, alguns dos quais ultrapassam gerações e se mostram como "sinônimos" perfeitos para suas matrizes semânticas. Estão neste caso expressões como "Boca do Inferno", "Poeta dos Escravos" e "Bruxo do Cosme Velho", que podem ser empregadas como

identificadoras dos nomes dos autores no lugar dos quais se põem, com pouca margem de risco quanto a uma possível incompreensão.

A hipótese de que partimos, como cremos ter explicado, repousa na idéia de que as sinonimizagens apositivas ou **perifrásticas** – anafóricas ou catafóricas – são habituais entre as estratégias textuais empregadas em ensaios, matérias e estudos que se referem a escritores. Tal costume e a reiteração das mesmas sinonímias em textos de diferentes contextos e épocas propiciam a propagação dessas equiparações semânticas, fazendo-nos crer que há um número considerável de escritores brasileiros cujos nomes possuem uma outra “voz que lhes dá a conhecer”.

Há, porém, um ponto a considerar em relação aos epítetos. Os hábitos redacionais em língua portuguesa não contemplam, do ponto de vista prático, o uso regulamentar de letra maiúscula para a escrita de epítetos. Podemos dizer mesmo que textos jornalísticos e acadêmicos têm preferido redigir os epítetos como se fossem substantivos comuns – e não próprios.

Não é o que estabelece o Formulário Ortográfico oficial da Academia Brasileira de Letras, em vigor desde 1943. O artigo 49 da seção XVI, que trata do emprego das iniciais maiúsculas, enumera quinze casos. O segundo deles diz que se emprega inicial maiúscula “nos substantivos próprios de qualquer espécie – antropônimos, topônimos, patronímicos, **cognomes, alcunhas**, tribos e castas, designações de comunidades religiosas e políticas, nomes sagrados e relativos a religiões, entidades mitológicas e astronômicas, etc.: *José, Maria, Macedo, Freitas, Brasil, América, Guanabara, Tietê, Atlântico, Antoninos, Afrosinhos, Conquistador, Magnânimo, Coração de Leão, Sem Pavor, Deus, Jeová, Alá, Assunção, Ressurreição, Júpiter, Baco, Cérbero, Via-Láctea, Canopo, Vênus*, etc.” (grifos nossos).

A inobservância na literatura e na mídia dos termos da convenção ortográfica em vigor no Brasil, de todo modo, poderia proporcionar o entendimento de que os usos contraditórios hierarquizam os epítetos, que se subdividiriam em “maiúsculos” e “minúsculos” ou em outras categorias que poderíamos discutir ou defender em outro momento. Interessa-nos, neste ponto, a datação do substantivo masculino **epíteto** [do grego *epíthetos*, pelo latim *epitheton*] remonta, na língua portuguesa, ao ano de 1532 (João de Barros: *Ropica Pnema*, p. 181, apud Houaiss 2001). A palavra grega é o particípio passado do verbo *epitithenai*, “acrescentar a”, formado do prefixo *epi-* (“sobre”) e do radical *tithenai*, “pôr, colocar”. A raiz grega desse verbo é *the-* e se origina da mesma raiz do proto-indo-europeu (**dho-/dhe-*).

Se tomarmos a referência feita pelos dicionários contemporâneos como um critério de identificação dos “pares semânticos” mais próximos de **epíteto**, chegaremos a quatro sinonimizadores principais: **alcunha, antonomásia, apelido e cognome**.

A etimologia dos vocábulos dessa série só destoa no caso da palavra

alcunha, única que não provém do latim. O termo, de origem árabe [de *al-kunya(t)*: “designação que se junta ao prenome e ao sobrenome de alguém”], consta de documento do séc. XV, como nos informa o Índice do Vocabulário do Português Medieval, de Antônio Geraldo da Cunha (apud Houaiss 2001).

Os outros três substantivos têm procedência clássica, a saber: **antonomásia**, que se origina do grego *antonomasia*, pelo latim *antonomasia*, com datação de 1540 (Gramática da Língua Portuguesa, de João de Barros, p. 38, apud Houaiss 2001); **apelido**, de verbal de *apelidar* [do latim *appellitare*], com datação entre 1055 e 1065 (cf. J. P. Machado); e **cognome**, que em latim [*cognomen*] indicava o terceiro – e geralmente último – nome da pessoa, designativo da família, com datação de 1533 (vol. II do Corpo Diplomático Português..., p. 453, apud Houaiss 2001).

Quanto aos valores semânticos de **epíteto**, observamos poucas divergências entre os dicionaristas. Para nossos objetivos, fiquemos com dois deles, começando pelo Dicionário Aurélio Século XXI (Ferreira, 2000), que apresenta como única acepção para esse substantivo “palavra ou frase que qualifica pessoa ou coisa” e remete o verbete para **cognome**. Neste, vê-se apenas uma acepção, “epíteto nominal; apelido, alcunha; antonomásia”. Seguindo essas remissões internas, chegamos então – num terceiro nível de vinculação semântica – a **alcunha** (“cognome geralmente depreciativo que se põe a alguém, e pelo qual fica sendo conhecido, tirado de alguma particularidade física ou moral; apelido, apodo”), **apelido** (com três acepções: “1. sobrenome (2), ou seja, nome que é usado posposto ao nome de família; 2. alcunha. 3. designação especial de alguém ou de alguma coisa) e **antonomásia** (com uma acepção técnica: “1. Estudos da Linguagem: substituição de um nome próprio por um comum ou uma perífrase – sinônimo de pronominação” e uma remissão para **cognome**).

No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), **epíteto** tem duas acepções gerais: “1. palavra ou expressão que se associa a um nome ou pronome para qualificá-lo; 2. qualificação elogiosa ou injuriosa dada a alguém; alcunha, qualificativo.” Uma remissão à palavra **antonomásia** (incluída na acepção 2) e uma identificação técnica completam as informações sobre o verbete: “3. Rubrica: gramática tradicional – qualquer adjetivo ou expressão com valor de adjunto atributivo não ligada ao substantivo por um verbo”. Pelo mesmo critério anteriormente explicado, chegamos ao verbete **alcunha**, cujas duas acepções iniciais são classificadas como diacronismo (“1. antigo epônimo – nome de animal, planta, topônimo, etc. – que se acrescentava ao nome próprio como um sobrenome; 2. antigo qualificativo especial – exs. nobre, leal, etc. – que os reis atribuíam às vilas e cidades”). Na terceira, temos, com datação de 1708, o valor semântico vigente até os dias de hoje: “3. denominação ou qualificativo, por vezes depreciativo, que se usa em lugar do nome próprio de alguém, ou em acréscimo deste, ou em lugar do nome designativo de um grupo de pessoas, um povo, etc.” Os próximos verbetes da série são **qualificativo**, em seu emprego substantivo (“o que qualifica”), e **antonomásia**, indicado como termo técnico do campo da estilística e da retórica (explicado como “varieda-

de de metonímia que consiste em substituir um nome de objeto, entidade, pessoa etc. por outra denominação, que pode ser um nome comum – ou uma perífrase –, um gentílico, um adjetivo etc., que seja sugestivo, explicativo, laudatório, eufêmico, irônico ou pejorativo e que caracterize uma qualidade universal ou conhecida do possuidor ou vice-versa”). Num terceiro nível de vinculação, chegamos ao verbete **cognome**, cujo emprego “como nome que se junta com outro ou outros” – em virtude de “seu caráter de cultismo” – passou “a ser equivalente a *apodo*, *apelido*, *alcunha*, *alcunho*, *antonomásia*, *epíteto*, com distinções formais ou informais, cultas ou popularizantes”.

3. Conclusão

Outros estágios de sinonimização da palavra **epíteto** nos encaminhariam para um levantamento mais exaustivo de palavras, como por exemplo agnome, apodadura, cognomento, cognominação, prosônimo, titulação, velacho. Nelas, ficariam mais visíveis certas nuances pragmáticas quanto aos valores de cada um desses parceiros semânticos – algo, porém, que não trataremos aqui.

Modernamente, é bastante freqüente o emprego da palavra **epíteto** nas caracterizações negativas ou pejorativas, não obstante permaneçam também seus usos nas qualificações positivas e laudatórias. Já os **epítetos** propriamente ditos, estes sempre expressaram objetivamente as marcas semânticas atribuídas a pessoas e coisas e – no caso dos epítetos vinculados a escritores – verifica-se o predomínio das motivações pragmáticas ora de valor material, “físico” (como no epíteto Caolho, para Luís de Camões), ora de valor imaterial, “espiritual” (como no epíteto Bruxo, para Machado de Assis).

Parece-nos, pois, que o estudo e levantamento de epítetos referentes a autores da literatura brasileira pode ser uma interessante forma de se verificar na prática da redação acadêmica como se dá o uso de uma dos recursos fundamentais para a construção do sentido.

Referências Bibliográficas:

- ACADEMIA Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: ABL, 1999.
- BENNET, E. A. *What Jung Really Said*. New York: Schocken., 1966.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. CD-ROM.
- HASAN, R. “Coherence and cohesive harmony”. In: FLOOD, J. (org.). *Understanding reading comprehension*. Delaware, International Reading Association, 1987, p. 181-219.

- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa – versão 1.0*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.
- KANT, Emmanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KOCH, Ingedore V. *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- . *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- . *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- PAIVA, T. B. *Dicionário de Pseudônimos*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia, 1929.